

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 74 - NOVEMBRO 2020

PRESIDENTE: CARLOS ALBERTO AFONSO COSTA

MANTER A CAIXA FORTE E FUNDAMENTAL



Como o governo e a direção da Caixa permanecem com a agenda de privatizar o banco digital, manter a empresa pública e forte é fundamental. Mesmo sem existir, a futura subsidiária da estatal segue como prioridade na lista das empresas que devem ter o capital aberto. Os prejuízos para os empregados e a população são imensuráveis. O fatiamento da Caixa para a privatização significa enfraquecer o banco e entregar o patrimônio do povo brasileiro.

Página 3

Caixa alcança R\$ 8,3 bilhões de lucro em nove meses

Resultado do empenho dos empregados, a Caixa alcançou R\$ 8,3 bilhões de lucro ajustado, desconsiderados eventos extraordinários, até setembro deste ano, mesmo na pandemia. Apenas no terceiro trimestre de 2020 os ganhos foram R\$ 2,636 bilhões. Uma alta de 1,7% em relação ao segundo trimestre.

O lucro líquido do banco nos primeiros nove meses de 2020 foi R\$ 7,498 bilhões, sendo R\$ 1,890 bilhão somente no terceiro trimestre. Dados que reforçam a relevância da empresa em um momento de crise

A Caixa foi responsável por conceder R\$ 122,9 bilhões em crédito nos últimos três meses, representando um aumento de 27,5% no trimestre. Consequência da alta de 60,6% em consignado, 21,5% em habitação, 5,8% em crédito rural, 7,5% em saneamento e infraestrutura e 72% em crédito para pessoa jurídica,

principalmente nas linhas de micro e pequena empresa.

Mesmo com todos os resultados demonstrando o quanto o banco público é essencial para o povo, como tem sido visto com o pagamento do auxílio emergencial para mais de 67 milhões de brasileiros, a instituição financeira segue ameaçada pelo governo Bolsonaro. Além do desmonte, que resultou no fechamento de centenas de agências e no déficit de empregados, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, informou, durante a apresentação do resultado do terceiro trimestre, que a empresa planeja criar um banco digital no próximo ano.

Na prática, a nova instituição financeira será separada da Caixa e passará por processo de abertura de capital (venda de ações) no Brasil e no exterior, mas ainda aguarda aprovação por parte do Banco Central.



RETOMADA DA MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÕES

Está marcada para 3 de dezembro a retomada da mesa permanente de negociações entre a CEE Caixa e a direção do banco depois da Campanha Nacional 2020. Na pauta, teletrabalho e banco de horas.

A Comissão Executiva dos Empregados recebeu denúncias sobre a convocação dos trabalhadores para o retorno ao trabalho presencial às unidades. Os funcionários do grupo de risco não foram convocados.

A CEE enviou ofício à empresa para cobrar esclarecimento sobre a medida, que coloca os bancários em risco, e questionar o compromisso firmado pelo banco na campanha de que qualquer retorno deveria ser negociado com as entidades.

A Caixa ainda descumpra o protocolo de saúde contra a Covid-19. A orientação do documento é que os gestores incentivem o projeto remoto e uso de vídeos chamadas, com o intuito de evitar a contaminação e diminuir a circulação de pessoas nos locais de trabalho.

Testagem

A Comissão Executiva dos Empregados também solicitou informações sobre o programa de testagem para a Covid-19, realizado pela Caixa em outubro. Os trabalhadores querem que o banco apresente os dados obtidos através da iniciativa, como o número de testes feitos e de casos positivos verificados, além do mapeamento por regiões.

Banco vai desligar empregados aposentados

A Caixa comunicou que vai aposentar, compulsoriamente, todos os empregados que se aposentaram pelo INSS pós reforma da Previdência (13/11/2019). A Emenda 103 determina esta medida não só no caso do banco público, como em todas as empresas públicas. Os trabalhadores com 75 anos ou mais também serão desligados. Como o PDV, mais empregados vão sair da estatal e o déficit nos locais de trabalho vai aumentar, junto com a sobrecarga e cobrança por metas

pra quem vai ficar. A Caixa tinha 101 mil bancários em 2014. Atualmente, não chegam a 84 mil, após tantos planos de demissão voluntária. A reforma da Previdência trouxe alterações no sistema de Previdência Social prejudiciais aos trabalhadores. Agora, a Caixa, controlada pela gestão federal, resolveu adotar. Na contramão, grandes empresas devem bilhões para o sistema previdenciário e setores lucrativos da economia são isentos de contribuir com o INSS.



PRIVATIZAR BANCO DIGITAL VAI ENFRAQUECER A CAIXA

O trabalho árduo dos empregados da Caixa na pandemia, como a criação do banco digital, reforça a importância da empresa para o país. Não faz sentido a manutenção da estatal na agenda privatista da atual gestão e do governo federal. O presidente da Caixa afirmou recentemente que a privatização da futura subsidiária da instituição financeira é prioridade na lista das empresas que devem ter o capital aberto. Pedro Guimarães disse que está em processo de autorização a abertura de capital (IPO) do banco digital. Para conseguir atender à população em meio à pande-

mia de Covid-19, especialmente no pagamento do auxílio emergencial, os trabalhadores foram convocados para desenvolver o sistema. Em tempo recorde e sem ajuda dos bancos privados, atenderam 105 milhões de contas digitais.

Agora, a direção da empresa quer entregar do empenho os empregados para o mercado privado. O banco digital mostra a eficiência dos bancários da Caixa em criar uma estrutura como foi feita em pouco tempo e de atender o povo, assumindo a responsabilidade de realizar o pagamento do benefício. Apesar de dizer que produtos

como o novo microcrédito, financiamentos imobiliários e o Bolsa Família serão pagos por meio do banco digital, Guimarães só fala em privatizá-lo. A venda é o enfra-

quecimento da Caixa. Verdadeira entrega do patrimônio público. Ao criar subsidiárias para futuro IPO, abre brecha para privatizar o banco aos pedaços.



AGECEF-BA REPUDIA CHARGE DESRESPEITOSA NO JORNAL A TARDE

Em repúdio à charge desrespeitosa divulgada pelo jornal A Tarde, que comparou os empregados da Caixa a um bicho preguiça, no dia 25 de novembro, a AGECEF-BA espera que a publicação se retrate. O trabalho árduo desempenhado pelos trabalhadores do banco público no pagamento do auxílio emergencial é destaque desde o início da pandemia.

Como o governo federal reduziu as agências e fechou postos de trabalho e restringiu o pagamento à Caixa, resultado do desmonte, a sociedade sofre com longas filas para receber o benefício e os empregados estão sobrecarregados, com jornada de trabalho que chega a 14 horas diárias. O que deve piorar após o PDV (Plano de Demissão Voluntária).

Por conta disso, a AGECEF-BA, a AGECEF/IBA e a FENAG enviaram ofício ao jornal A Tarde repudiando a charge. Os bancários têm adoecido e muitos foram contaminados pela Covid-19 e há casos de óbitos entre os trabalhadores. Mesmo assim, o governo não pulverizou o pagamento do auxílio com os demais bancos.

A AGECEF-BA considera um absurdo o A Tarde publicar charge que compare o trabalhador com o bicho preguiça e cobra uma postura de respeito com os empregados. O jornal tradicional no estado precisa se retratar, pois os pais e mães de família se dedicam diariamente, colocam suas vidas em risco, para atender a população, especialmente a mais necessitada e atingida pela pandemia.

A convocação dos milhares de aprovados no último concurso público da Caixa, realizado em 2014, seria uma solução para diminuir a sobrecarga nas unidades. No entanto, o governo não demonstra o menor interesse em chamar as pessoas que estão só aguardando para trabalhar.



AGECEF CONVIDA ESCLARECE DÚVIDAS SOBRE PDV DA CAIXA

O novo PDV da Caixa foi o alvo das discussões da quarta edição do AGECEF Convida, no dia 17 de novembro, quando o advogado da FENAG, Rogério Ferreira Borges, esclareceu as dúvidas dos associados. Com o Programa de Desligamento Voluntário, o banco pretendia que 7.200 empregados aderissem.

Na ocasião, o presidente da AGECEF, Carlos Alberto Costa, ressaltou o trabalho do profissional na proteção dos trabalhadores contra os avanços do governo privatista, que busca sempre, de alguma forma, preparar a Caixa para a privatização. O apoio jurídico é essencial.

“É importante que todo mundo saiba o que ganha e perde para que a tomada de decisão seja consciente e que não tenha arrependimento”.

O diretor administrativo e financeiro da Associação, Paulo do Amor Divino, também agradeceu a participação de Rogério Borges e destacou a importância do profissional ao lado das

entidades nas batalhas enfrentadas pelos empregados da Caixa.

O advogado fez questão de ressaltar que a instituição financeira está convidando o empregado a se demitir. No PDV, a pessoa pede demissão e concorda com os termos do banco, como o incentivo financeiro de 9,5 remunerações base do trabalhador, limitado a R\$ 470 mil. Mas, disse que a Caixa tem divulgado respostas contraditórias aos trabalhadores.

“Quem está saindo no PDV agora e quem está sendo desligado porque é aposentado pós reforma previdenciária, vai ter o Saúde Caixa, assim como quem se aposenta pelas vias normais. Está assegurado o Saúde Caixa, destacou Rogério Borges.

No caso de aderir ao Plano de Demissão Voluntária, o empregado não tem direito aos 40% do FGTS. Sobre o auxílio alimentação, a Caixa garante a participação na CCV (Comissão de Conciliação Voluntária) para fazer o acordo tíquete.

NOVEMBRO AZUL CHAMA ATENÇÃO PARA SAÚDE DO HOMEM

O cuidado com a saúde do homem tem que deixar de ser tabu. Neste mês, a campanha Novembro Azul tenta quebrar a barreira do preconceito para conscientizar a sociedade sobre a importância da prevenção e diagnóstico do câncer de próstata.

O INCA alerta que a estimativa, para 2020, é que o país tenha mais de 65.800 casos da doença, apontada como da terceira idade. Em 75% das ocorrências no mundo, acometem homens com idade a partir dos 65 anos.

A AGECEF-BA apoia o Novembro Azul e entende a necessidade do diagnóstico precoce para a cura do câncer de próstata, sobretudo por ser o segundo mais comum entre os homens no Brasil. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer, perde somente para o câncer de pele não-melanoma.

Como os sintomas demoram para se manifestar, é essencial realizar exames preventivos (toque e de sangue, conhecido como PSA (Antígeno Prostático Específico) todos os anos. É recomendado que os homens procurem especialista a partir de 50 anos. Para os que



têm histórico familiar da doença, a Sociedade Brasileira de Urologia recomenda que a visita anual ao médico seja, pelo menos, a partir dos 45 anos.

Os principais sintomas são dificuldade de urinar, diminuição do jato de urina, necessidade de urinar mais vezes durante o dia ou à noite e sangue na urina. Homens, fiquem atentos a todos os sinais.

JUSTIÇA ASSEGURA PARTICIPAÇÃO DA CHAPA 2 NA ELEIÇÃO DA FUNCEF

Depois da justiça ter assegurado, novamente, a participação da chapa 2 – Juntos em Defesa da FUNCEF nas eleições da Fundação, é esperado que a Comissão Eleitoral retome o calendário do processo eleitoral ao Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da entidade.

O mandato dos conselheiros eleitos terminou em maio deste ano. Agora, as eleições

devem ser liberadas para que os participantes e assistidos escolham os representantes para os próximos quatro anos nos Conselhos.

As entidades representativas, como a FENAG, querem assegurar um pleito transparente e democrático, pois a FUNCEF é responsável por administrar os recursos de todos os participantes, aposentados e ativos.

DÉFICIT AINDA É DE R\$ 5 BILHÕES

Resultados Funcef

Planos registram ganho, mas déficit ainda é de R\$ 5 bilhões



FENAE APCEF

Mesmo tendo registrado ganho de R\$ 825 milhões até julho deste ano, o déficit dos planos da FUNCEF ainda é de R\$ 5,460 bilhões. Os planos somam R\$ 73,3 bilhões em ativo líquido de investimento. O valor é R\$ 2 bilhões a mais ao de dezembro de 2019.

O Novo Plano e Reb obtiveram rentabilidade acima da meta para as reservas segregadas a assistidos. Porém, para o grupo de ativos, até julho, a variação nesses planos foi negativa. Já o Reg/REplan Saldado e Não Saldado superaram a meta.

A Fundação deu como justificativa para o resultado negativo da renda variável a perda

contábil em ações a mercado, com a bolsa de valores em queda por conta da pandemia. Na contramão, como consequência da participação na Vale S.A, a rentabilidade do Reg/Replan ficou bem acima da meta.

Também seguem com ganho significativo (6,36%) as Operações com Participantes, modalidade dos empréstimos como o Credplan.

A perda provável contabilizada no contencioso da FUNCEF foi R\$ 906,3 milhões. Uma queda de 19,3% em relação a dezembro do ano passado e a perda possível aumentou R\$ 290 milhões.

